

# NOVAS DINÂMICAS DO PORTUGUÊS: A ÁFRICA ATLÂNTICA E O BRASIL



CARLOS FIGUEIREDO  
RITA GONÇALVES  
TJERK HAGEMEIJER  
MÁRCIA OLIVEIRA

**LISBON**  
INTERNATIONAL PRESS



[www.lisboninternationalpress.com](http://www.lisboninternationalpress.com)

**Conhecimento de Lisboa para o Mundo...**

Rua de Cascais, 57, Alcântara – 1300-260 Lisboa, Portugal

Conjunto Nacional, cjs. 2113, 2114 e 2115, Avenida Paulista 2073,  
Edifício Horsa I, CEP 01311-300 São Paulo, Brasil

Todos os direitos estão reservados e protegidos por lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da Lisbon International Press, poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer forma.

Obra disponível para venda corporativa e/ou personalizada. Para mais informações contacte:  
[comercial@lisboninternationalpress.com](mailto:comercial@lisboninternationalpress.com)

Para informações sobre envio de originais contacte: [originais@lisboninternationalpress.com](mailto:originais@lisboninternationalpress.com)



LISBON INTERNATIONAL PRESS é uma Editora do Grupo Editorial Atlântico

---

© 2022, Carlos Figueiredo, Rita Gonçalves,  
Tjerk Hagemeijer e Márcia Oliveira e Lisbon Press  
E-mail: [geral@lisboninternationalpress.com](mailto:geral@lisboninternationalpress.com)

**Titulo:** Novas dinâmicas do português: a África atlântica e o Brasil  
**Editor:** Rita Costa

**Coordenador Editorial:** Bruno Cantanhede

**Composição de capa:** Bruno Cantanhede

**Foto de capa:** Carlos Figueiredo (acervo pessoal)

**Composição Gráfica:** Manuela Duarte

**Revisão:** Carlos Figueiredo, Rita Gonçalves,

Tjerk Hagemeijer e Márcia Oliveira

**I.ª Edição:** Outubro, 2022

**ISBN:** 978-989-37-3707-1

Proibida a reprodução parcial ou integral

desta obra por qualquer meio eletrónico  
ou mecânico, inclusivamente por processos  
xerográficos, sem permissão expressa do editor.

Carlos Figueiredo  
Rita Gonçalves  
Tjerk Hagemeijer  
Márcia Oliveira  
Organizadores

# NOVAS DINÂMICAS DO PORTUGUÊS: A ÁFRICA ATLÂNTICA E O BRASIL

**LISBON**  
INTERNATIONAL PRESS

## ÍNDICE

### Prefácio ..... 7

*Carlos Filipe Guimarães Figueiredo*

*Rita Gonçalves*

*Tjerk Hagemeijer*

*Márcia Santos Duarte de Oliveira*

### Angola

#### Integração morfológica de empréstimos lexicais bantos no português luandense ..... 19 *Afonso Miguel*

#### Imperativos no português do Libolo: a entoação de ordens e pedidos ... 57 *Vinícius Gonçalves dos Santos* *Flaviane Romani Fernandes Svartman*

#### Resgate de línguas africanas e autoctonização do português: línguas e fronteiras no Libolo, Angola ..... 87 *Roberval Teixeira e Silva*

### Cabo Verde

#### *Onde<sub>[Rel]</sub> em português de Cabo Verde: contacto linguístico ou mudança interna? ..... 135* *Nélia Alexandre* *Francisco João Lopes*

### Guiné-Bissau

#### Guiné-Bissau: entre *kriol* e português ..... 161 *Jean-Louis Rougé*

#### O português guineense no início do século XXI ..... 199 *Fernanda M. Ziober*

## ORGANIZADORES/COMISSÃO CIENTÍFICA DO LIVRO

*Carlos Filipe Guimarães Figueiredo* (Universidade de Macau, China)

*Rita Gonçalves* (Universidade de Lisboa, Portugal)

*Tjerk Hagemeijer* (Universidade de Lisboa, Portugal)

*Márcia Santos Duarte de Oliveira* (Universidade de São Paulo, Brasil)

### Patrocínio:



**ISPTLO – Instituto Superior Politécnico do Libolo**

Rua 11 de Novembro, Nº 45

Calulo, Angola

## **São Tomé e Príncipe**

O português da cidade, o português da roça:  
a diferenciação de duas variedades linguísticas da ilha de São Tomé ....249  
*Marie-Eve Bouchard*

Aspectos da negação frásica no português de Almoxarife, São Tomé....277  
*Carlos Filipe Guimarães Figueiredo*  
*Tjerk Hagemeijer*

Construções ditransitivas em contacto:  
o português de São Tomé e o forro .....303  
*Rita Gonçalves*  
*Tjerk Hagemeijer*

As vogais no português principense .....341  
*Ana Maria Santiago*  
*Amanda Macedo Balduino*  
*Ana Lívia Agostinho*  
*Eduardo Correa Soares*

## **Brasil**

Mudança sintática induzida por contato linguístico no português  
brasileiro: um estudo diacrônico e dialetal baseado em *corpus*.....381  
*Humberto Borges*

Fenômenos linguísticos em variedades de português:  
considerações teórico-metodológicas para a construção  
de um banco de dados comparável entre variedades .....421  
*Ana Paulla Braga Mattos*  
*Márcia Santos Duarte de Oliveira*

O modo *irrealis* e a variedade de português Jundiaí-Louveira/SP,  
Brasil: uma proposta de “interferência” da Língua Geral  
de São Paulo na variedade .....455  
*Maria de Lurdes Zanolli*  
*Márcia Santos Duarte de Oliveira*

## **PREFÁCIO**

Nas últimas décadas, o número de estudos sobre variedades e subvariedades de português tem vindo a crescer exponencialmente, especialmente numa perspetiva de contacto (histórico) entre línguas. Com a finalidade de dar seguimento ao crescente dinamismo e autonomização desses objetos de estudo, a presente obra, *Novas dinâmicas do português: a África atlântica e o Brasil*, representa mais um passo no avanço deste conhecimento que, em última instância, enriquece e abre os horizontes da língua portuguesa.

Patrocinado pelo Instituto Superior Politécnico do Libolo (ISPTLO)<sup>1</sup> – instituição académica cuja entidade promotora é a Universidade do Libolo S.A., com ensino e investigação centrados nas ciências da terra, do corpo, da educação, da administração financeira e, mais recentemente, desde a parceria estabelecida com o *Projeto Libolo*,<sup>2</sup> da história, da antropologia, da etnografia, dos estudos linguísticos e de ações pedagógicas –, este volume visa também confirmar que os trabalhos sobre variedades e subvariedades de português faladas na África atlântica e no Brasil são cruciais para um entendimento mais aprofundado sobre aspectos relacionados com a mudança e variação linguísticas em contextos multilingues nos quais o português desempenha o papel de L2 ou se encontra em diferentes estádios do processo de nativização.

Nesta obra, a frutífera parceria estabelecida entre o ISPTLO e o *Projeto Libolo* para efeitos de investigação em linguística, antropologia, etnografia, história e ações pedagógicas não só se traduz, de uma forma geral, no

<sup>1</sup> O ISPTLO patrocinou também a 2<sup>a</sup> edição de *O português na África atlântica*, livro organizado por Márcia Santos Duarte de Oliveira e Gabriel Antunes de Araújo, tendo sido editado em 2019 pela Chiado Editora, Lisboa.

<sup>2</sup> Importa referir que o ISPTLO não possui programas curriculares no âmbito da linguística, da antropologia, da etnografia e da história. Desta forma, tanto a investigação como a lecionação de mini-cursos e workshops nestas áreas resultam de uma parceria estabelecida entre esta instituição e o *Projeto Libolo* (para mais informações sobre este projeto, veja capítulo 2 deste livro, nota de rodapé 5).

patrocínio desta publicação, como também se reflete, de forma direta, em alguns capítulos e se estende à generalidade desta obra, na forma de capítulos elaborados em coautoria e frequentemente resultantes de projetos de investigação financiados ou apoiados por instituições académicas, outros organismos oficiais ou centros de investigação. Consequentemente, este volume permitiu estabelecer pontes entre pessoas, instituições e projetos, com o objetivo de abrir novas frentes de investigação.

Este trabalho é composto por treze capítulos originais da autoria de investigadores de onze instituições académicas sediadas em quatro continentes, o que, por si só, demonstra a crescente vitalidade da investigação em linguística sobre variedades e subvariedades de português faladas na África atlântica e no Brasil. Assim, o continente americano surge representado por pesquisadores da University of British Columbia, da Universidade de São Paulo, da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Federal de Jataí. Por seu lado, do continente europeu chegam-nos trabalhos de pesquisadores da Aarhus Universitet, da Universidade de Lisboa, da Université d'Orléans e da Vrije Universiteit Amsterdam. Quanto ao continente africano, marca presença com estudos de pesquisadores do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) de Luanda e da Universidade de Cabo Verde. Por fim, do continente asiático chegam-nos textos de investigadores da Universidade de Macau.

Em relação à organização interna do volume, os textos estão dispostos de forma sequencial, mas agrupados pelos países aos quais as (sub) variedades tratadas dizem respeito. Optou-se por dispor primeiro, e por ordem alfabética, os países referentes ao continente africano (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe), aos quais se segue o Brasil. Já no que diz respeito à disposição dos capítulos respeitantes a cada um dos referidos países, optou-se também pelo critério da ordenação alfabética, baseado no apelido do (primeiro) autor. O processo de avaliação e revisão dos trabalhos foi levado a cabo pelos organizadores, no espírito crítico e simultaneamente colegial que caracteriza a academia.

Consequentemente, os três primeiros capítulos do livro dizem respeito a Angola. No primeiro capítulo, *Integração morfológica de empréstimos lexicais bantos no português luandense*, Afonso Miguel estuda uma subvariedade do português de Angola, o português oral de Luanda, que resulta do contacto entre o português europeu (PE) e línguas locais, especialmente o quimbundo. O autor começa por abordar questões relacionadas com o contacto de línguas e com o contexto sociohistórico de Luanda, seguidas da análise de um conjunto de processos morfológicos envolvidos na integração de material lexical do quimbundo no português oral de Luanda, nomeadamente o tratamento dos prefixos de classe desta língua, a associação de sufixos nominais portugueses a bantuismos e a formação de novos verbos derivados do banto.

Em seguida, no capítulo 2, *Imperativos no português do Libolo: a entoação de ordens e pedidos*, Vinícius Gonçalves dos Santos e Flaviane Romani Fernandes Svartman observam a entoação de imperativos expressando ordem e pedido no português do Libolo. A partir de uma análise autossegmental-métrica da entoação em dados de fala semiespontânea e lida, os autores verificam que estes dois tipos de imperativos são identicamente produzidos no português do Libolo, distinguindo-se do português brasileiro (PB) e do PE, variedades que utilizam configurações tonais distintas para cada um deles. Paralelamente, os autores verificam ainda que outros parâmetros acústicos do português do Libolo, como a duração e a variação da gama tonal, levantam a possibilidade de ocorrer uma distinção entoacional nesta variedade, relacionada com o facto de a sua formação resultar do contacto com o quimbundo.

No capítulo 3, *Resgate de línguas africanas e autoctonização do português: línguas e fronteiras no Libolo, Angola*, Roberval Teixeira e Silva identifica e discute dinâmicas sociais que o português e o quimbundo assumem no discurso de jovens estudantes da vila de Calulo, Município do Libolo. Considerando que a natureza da fala é social, o autor leva em conta as noções de multi-plurilinguismo, língua como repertório, como

prática local e como *performance*, para observar os dados coletados e que refletem recortes de vivências socioculturais e ideológicas ancoradas no Libolo. A análise aponta para o desejo/necessidade de os falantes desta região angolana resgatarem especificidades do quimbundo local e de as inserirem na língua portuguesa, tornando-a distinta de outras (sub) variedades de português. Nesse sentido, as dinâmicas não identificadas pelo olhar oficial, mas que reivindicam quer uma herança ancestral através do uso do quimbundo quer a assunção de um português com “cores locais” próprias, levantam a discussão sobre orientações que gestores comunitários, escolares, académicos e governamentais deverão considerar, a fim de se concertarem políticas linguísticas pautadas no conhecimento gerado pelas próprias comunidades angolanas.

O capítulo 4, *Onde<sub>[Rel]</sub> em português de Cabo Verde: contacto linguístico ou mudança interna?*, é o único estudo sobre a variedade do português de Cabo Verde neste volume, no qual os autores, Nélia Alexandre e Francisco João Lopes, discutem o uso do morfema *onde*, que apresenta diferentes valores semânticos em orações relativas restritivas desta variedade, tendo por base dados de *corpora* orais e escritos. Contrastando estes dados com outros do PE, do PB e do cabo-verdiano, verifica-se que, nestas construções, *onde* funciona como um ‘relativizador universal locativo’, motivado quer por princípios de mudança interna à língua quer pelo contacto linguístico com o cabo-verdiano, a língua materna da maioria da população de Cabo Verde.

Nos dois capítulos seguintes, são trazidos resultados de estudos sobre a situação linguística da Guiné-Bissau, envolvendo a língua portuguesa. No capítulo 5, *Guiné-Bissau: entre kriol e português*, Jean-Louis Rougé lança um olhar sobre a alternância de código. Segundo o autor, as evoluções atuais do *kriol* em contacto com o português devem-se, sobretudo, a necessidades lexicais determinadas por novos modos de vida. Desde o seu início, o espaço luso-africano da Guiné organizou-se em torno de redes humanas, comerciais, familiares, etc., que levaram ao aparecimento

dos *kristons*, populações africanas que contactavam proximamente com o mundo português e que adotaram mais ou menos o catolicismo e certas maneiras europeias de viver, bem como à evolução do *kriol*, enquanto língua de comunicação entre as sociedades africanas e portuguesa. O espaço luso-africano da Guiné-Bissau é hoje mais aberto a si próprio e ao mundo, com a relação linguística português/*kriol*/línguas africanas sendo constantemente afetada pela inserção de novas palavras no *kriol*, o que também tem consequências para a evolução do seu sistema fonológico e de outros subsistemas da gramática.

No capítulo 6, *O português guineense no início do século XXI*, Fernanda M. Ziober, partindo de observações de campo e de trechos de conversa espontâneas em português coletados em Bissau, lança um olhar sobre a situação linguística do português falado no início do século XXI na Guiné-Bissau. Para tal, a autora revisita literatura específica, observa os contextos de uso e aquisição do português da Guiné-Bissau e elenca alguns fenómenos que constituem inovações em relação ao português padrão. A análise dos dados revela que existem, grosso modo, dois grupos sociolinguísticos falantes do português guineense: um de falantes proficientes em português, língua primeira ou segunda; outro de falantes menos proficientes, em fase de aquisição do português ou com conhecimento passivo desta língua.

Nos próximos quatro capítulos, são analisados diversos aspectos de (sub)variedades de português de São Tomé e Príncipe. Assim, no capítulo 7, *O português da cidade, o português da roça: a diferenciação de duas variedades linguísticas da ilha de São Tomé*, Marie-Eve Bouchard aborda a diferenciação entre a variedade urbana e a variedade rural do português de São Tomé, na perspetiva das ideologias linguísticas. Em São Tomé, o discurso e as crenças apontadas pelos falantes permitem criar e manter uma distinção entre o urbano e o rural, expressa por estas duas variedades linguísticas. Deste modo, o português da cidade é visto como mais instruído, em virtude de estar mais próximo do PE, a variedade de prestígio, enquanto o português da roça sofre maior estigmatização, pois é associado à influência

de crioulos. Ainda assim, a autora conclui que a escolaridade (obrigatória no país) e a padronização estão a levar ao nivelamento dialetal em São Tomé, demonstrando ao mesmo tempo que os santomenses falam cada vez menos crioulos, cujo impacto no português de São Tomé está a diminuir.

No capítulo 8, *Aspectos da negação frásica no português de Almoxarife, São Tomé*, Carlos Filipe Guimarães Figueiredo e Tjerk Hagemeijer descrevem particularidades da negação frásica da subvariedade falada pela comunidade de Almoxarife em São Tomé. Para além de apresentar convergência com os padrões de negação do PE, especialmente entre os mais escolarizados e falantes de português L1, esta subvariedade também possui características distintas, nomeadamente a ocorrência de estruturas em que o marcador de negação pré-verbal é acompanhado de um marcador de negação na periferia direita da frase e em que o marcador de negação predicativo coocorre com constituintes negativos pré-verbais, sem que haja cancelamento da negação. Com base na variação encontrada, discute-se o papel do contacto com o forro (crioulo de São Tomé), substrato do português de Almoxarife.

No capítulo 9, *Construções ditransitivas em contacto: o português de São Tomé e o forro*, Rita Gonçalves e Tjerk Hagemeijer analisam o efeito do tipo de verbo e da animacidade em construções ditransitivas destas duas línguas. No forro, a construção de duplo objeto é a estratégia dominante para a expressão de Recipientes, enquanto a construção com a preposição *da* é usada sobretudo para introduzir Beneficiários. Contudo, a construção ditransitiva preposicionada – introduzida por *a* ou *para* – e a construção de duplo objeto do português de São Tomé demarcam-se das particularidades do forro. Segundo os autores, ainda que razões sociohistóricas tenham colocado diferentes gramáticas em competição e originado novas identidades de grupo em São Tomé, as construções ditransitivas dos falantes do português deste país não resultam apenas da qualidade e quantidade do *input* da língua-alvo (o PE), mas também do *input* ambíguo de certos itens gramaticais desta língua. Assim, a maior tendência para uso da preposição

*para* nas construções ditransitivas preposicionadas do português de São Tomé, em detrimento de *a*, deve-se ao estatuto fonético fraco e à opacidade semântica desta preposição do PE. Estas observações levam a concluir que as estratégias das construções ditransitivas no português de São Tomé não resultam unicamente de contacto linguístico, dependendo também de propriedades gerais da Gramática Universal.

No capítulo 10, *As vogais no português principense*, Ana Maria Santiago, Amanda Macedo Balduino, Ana Lívia Agostinho e Eduardo Correa Soares discutem o quadro vocálico do português da ilha do Príncipe. O estudo, assente num *corpus* de fala controlada, aponta a existência de um sistema vocálico tónico composto por sete vogais orais em posição tónica nesta variedade do português, salvo algumas alternâncias não-contrastivas restritas a alguns itens lexicais. Contudo, no caso das sílabas pretónicas, o português da ilha do Príncipe atesta cinco vogais orais, havendo a possibilidade de harmonia vocálica nesse contexto. No que concerne às sílabas postónicas não finais, são elencadas cinco vogais, enquanto em sílabas átonas finais, o sistema vocálico permite apenas três vogais. Como tal, o português da ilha do Príncipe constitui-se como uma variedade genuína do português com traços singulares, mas detém também características compartilhadas com o português de São Tomé, o PB e o PE.

Por fim, os três últimos capítulos do volume são dedicados a estudos sobre variedades de português do Brasil. No capítulo 11, *Mudança sintática induzida por contato linguístico no português brasileiro: um estudo diacrônico e dialetal baseado em corpus*, Humberto Borges, observando dados históricos produzidos em Goiás nos séculos XVIII e XIX, defende que o contacto da língua portuguesa com línguas nigero-congolesas e línguas indígenas brasileiras, bem como o efeito de *language shift* e nativização perante um *input* diversificado, estão na origem do estabelecimento da ordem VSO>SVO na gramática do português oitocentista goiano. Este fenômeno, por sua vez, levou a mudanças nas propriedades formais da língua, traduzidas na perda de construções com sujeitos nulos

definidos e com inversão livre, sem qualquer influência da morfologia de concordância.

No capítulo 12, *Fenômenos linguísticos em variedades de português: considerações teórico-metodológicas para a construção de um banco de dados comparável entre variedades*, Ana Paulla de Braga Mattos e Márcia Santos Duarte de Oliveira apontam os desafios da construção (em andamento) de um “Portal de Variedades de Português”, que permitirá a comparação de fenômenos linguísticos de diferentes variedades de fala de português não vinculadas ao conceito de macrovariedades. Para tal, as autoras indicam os ramos de estudos da linguística que se aproximam dos objetivos do portal, bem como os pontos teórico-metodológicos observados nesses ramos de investigação que os distanciam da proposta do mesmo. Relativamente às questões de proximidade, são listados trabalhos descritivos e comparativos de variedades de português, sob a perspectiva sociolinguística e dialetológica, que permitem, por exemplo, a observação de fenômenos gramaticais elencados nos mesmos e determinantes para os propósitos do portal. Quanto às questões de distanciamento desses ramos de estudos linguísticos em relação à proposta do portal, ressaltam-se aspectos teórico-metodológicos ligados à taxonomia de determinadas categorias gramaticais.

Finalmente, no capítulo 13, *O modo irrealis e a variedade de português Jundiaí-Louveira/SP, Brasil: uma proposta de “interferência” da Língua Geral de São Paulo na variedade*, Maria de Lurdes Zanolli e Márcia Santos Duarte de Oliveira estudam o desvio da norma do modo *irrealis* na variedade de português falada em Jundiaí/Louveira, área do “português caipira” cuja língua ancestral é a Língua Geral de São Paulo. A hipótese aponta que a ausência de marcação de flexão do modo *irrealis* (“conjuntivo” e “condicional”) na variedade de português de Jundiaí-Louveira/SP resultará de interferência (*language shift*) da norma do *irrealis* da Língua Geral de São Paulo. Descrevendo a norma do modo *irrealis* em língua portuguesa e na Língua Geral, e considerando o uso da flexão do *irrealis* e seu desvio

da norma na variedade de português de Jundiaí-Louveira/SP, este trabalho amplia investigações no Brasil quer sobre o modo *irrealis* quer sobre o condicional. Portanto, a variedade de português de Jundiaí-Louveira/SP carrega, na sua formação, quer o elemento africano, quer o indígena, quer ainda o português introduzido no Brasil colonial.

Com os estudos apresentados no livro *Novas dinâmicas do português: a África atlântica e o Brasil*, os seus autores e os organizadores esperam não só trazer mais contributos ao conhecimento acerca das (sub)variedades e da variação que caracterizam a língua portuguesa falada na África atlântica e no Brasil, como também promover, numa perspetiva comparada, a discussão acerca dos fenômenos envolvidos na formação dessas (sub)variedades e presentes nas mesmas.

Os organizadores

“Quase me apetece dizer que não há uma Língua portuguesa, há línguas em português. É uma língua que tinha de passar inevitavelmente por transformações segundo os lugares onde a falam, as culturas e as influências. Mas isso não tira nada a evidência de que se trata do corpo da língua portuguesa. É um corpo espalhado pelo mundo”.

José Saramago  
Depoimentos para o documentário  
“Língua: vidas em Português”, 2002.

# Mudança sintática induzida por contato linguístico no português brasileiro: um estudo diacrônico e dialetal baseado em corpus

Humberto Borges<sup>1</sup>

## RESUMO<sup>2</sup>

Defende-se que mudanças nas propriedades de língua de sujeito nulo no português oitocentista em Goiás podem ser interpretadas como resultado do contato da língua portuguesa com línguas nigero-congolesas e línguas indígenas brasileiras. Argumenta-se que o papel do contato linguístico nessa mudança se deu por meio de mecanismos psicolinguísticos de aquisição de língua segunda que convergiram para a gramática emergente. Essa influência, não necessariamente restrita à variedade goiana, seria responsável pelo mecanismo mais produtivo para preencher a posição do sujeito de 3<sup>a</sup> pessoa nas sentenças declarativas no português brasileiro.

## 1 Introdução

Este trabalho discute as conjecturas de uma hipótese de linguística de contato para a emergência da gramática do português brasileiro (PB) a partir de dados históricos produzidos na capitania (1748-1821) e na província (1821-1889) de Goiás. Trata-se de uma análise dos primeiros dados históricos que compõem o projeto *O Centro-Oeste na história do português brasileiro*<sup>3</sup> e

<sup>1</sup> Universidade Federal de Jataí, Brasil.  
Email: humbertoborges@ufj.edu.br

<sup>2</sup> Agradecimentos: este trabalho foi realizado com apoio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Brasil – Código de Financiamento 001; Processo 007549/2015-0; CAPES-Print/UFSC (2019-2020) –, e da FAPDF (Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal), Brasil, resultando de um dos capítulos da Tese de Doutoramento do autor, orientada por Rozana Reigota Naves (Universidade de Brasília) e Acerílio Pires (University of Michigan).

<sup>3</sup> O projeto *O Centro-Oeste na história do português brasileiro* encontra-se cadastrado no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Brasil, e desenvolve-se sob a liderança de Eloísa Pilati e Heloísa Salles, ambas da Universidade de Brasília.

que compõem um capítulo estruturado como segue. A seção 2 apresenta dados linguísticos que atestam uma mudança na sintaxe do sujeito no português goiano oitocentista quando comparado com o português setecentista produzido em Goiás. A seção 3 discute conceitos-chave da linguística de contato relevantes para nossa hipótese e apresenta os critérios de Thomason (2001) e Winford (2017) para analisar casos de mudança linguística induzida por contato (do inglês, *contact-induced language change*) envolvendo *language shift* (ou substituição linguística). A seção 4 descreve o contexto de bilinguismo e multilinguismo/plurilinguismo do Brasil Colônia e o relaciona ao contexto em que emergiu a gramática do PB em Goiás. A seção 5 vincula a mudança na gramática do português oitocentista em Goiás a uma influência do contato entre a língua portuguesa, línguas africanas e também línguas indígenas brasileiras. A seção 6 encerra o capítulo com as considerações finais, seguidas das referências.

## **2 As gramáticas setecentista e oitocentista do português em Goiás**

Estudos sobre o PB apontam a perda de certas propriedades de língua de sujeito nulo (LSN), caso do aumento de elementos de natureza nominal na posição de sujeito e a perda da inversão livre (cf. Duarte 1993; Pires 2006; Pilati 2006), como uma das suas distinções em relação ao português europeu (PE). Ao analisarmos e codificarmos dois diários produzidos em Goiás nos séculos XVIII e XIX (Quadro 1), constatamos também perdas de propriedades de LSN no português goiano desse período.

**Quadro 1.** *Corpus* codificado.

Manuscrito	Período codificado	Número de orações
<b>1. Coleção de notícias da Capitania de Goyaz: diários de viagem do Barão de Mossâmedes</b>	1772-1773	1250
<b>2. Memorial de lembrança de Anna Joaquina da Silva Marques</b>	1882-1883	1250

Foram codificadas 1250 orações de cada manuscrito, totalizando 2500 orações. O manuscrito *Coleção de notícias da Capitania de Goyaz: diários de viagem do Barão de Mossâmedes (1772-1773)* possui uma cópia (manuscrito 1596) arquivada na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Portugal, e foi editado em versão fac-símile por Pinheiro & Coelho (2006) – obra consultada para a edição dos dados desta pesquisa. O manuscrito é dividido em dois diários, escritos por dois escribas. Um deles é o sargento-mor e cartógrafo português Tomás de Souza Vila Real, autor de um dos mapas da capitania de Goiás. O outro escriba só é identificado no texto por possuir uma grafia distinta da grafia do primeiro. Provavelmente ambos os escribas eram homens portugueses que saíram de Lisboa para a capitania de Goiás junto à comitiva de José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho, futuro barão de Mossâmedes. Destacamos, contudo, que o principal local de produção dos manuscritos foi a capitania de Goiás, nos anos de 1772 e 1773, quase um quarto de século depois de oficialmente instaurado o processo colonizador naquela região.<sup>4</sup>

O *Memorial de lembrança de Anna Joaquina da Silva Marques (1881-1930)* está arquivado no Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, e é composto por 28 volumes registrados em distintos suportes de escrita, como cadernos, livros e outros materiais avulsos. Foi escrito no decorrer de cinco décadas por Anna Joaquina da Silva Marques, que nasceu em 1855, na cidade de Goiás, e faleceu em 1932, aos 77 anos. A memorialista era filha de Luísa Joaquina da Silva, mulher de origem mestiça que nunca se casou e foi mãe de outros cinco filhos. Duas irmãs da memorialista tornaram-se ilustres professoras da cidade de Goiás: Pacífica Josefina de Castro, mestra Nhola (ou Inhola), cujo apelido deu nome à Escola Estadual Mestra Nhola,

<sup>4</sup> A capitania de Goiás foi oficialmente instituída como parte do processo colonizador em 1748. Antes da institucionalização colonial, as primeiras povoações na região ocorreram a partir de 1727, depois de Bartolomeu Bueno ter fundado, às margens do Rio Vermelho, o arraial de Sant’Ana, doze anos depois chamado de Vila Boa, a atual cidade de Goiás – local onde a maioria dos dados do nosso *corpus* foi produzida.

na cidade de Goiás; e Luísa Joaquina da Silva Marques, mestra Lili, uma das mestras lembradas por Cora Coralina em seus poemas. O pai de Anna Joaquina era o cônego Pio Joaquim Marques, cujo pai era o também sacerdote Emydio Joaquim Marques, que também era filho de um sacerdote (Gonçalo Marques) e foi professor de latim e o primeiro diretor do Liceu de Goiás (1847-1854) (Carvalho 2008). Ao que tudo indica, a ascendência paterna de Anna Joaquina da Silva Marques já havia se estabelecido há algum tempo em Goiás e era composta, em três gerações seguidas, por homens de fé e de instrução. Por outro lado, a família materna de Anna Joaquina da Silva Marques configurou-se num modelo à margem do modelo tradicional de família patriarcal e escravocrata nos idos de oitocentos, especialmente por conta da independência financeira, dos casos amorosos e da ascendência mestiça de sua mãe. No que concerne à vida profissional de Anna Joaquina, sabe-se, por intermédio de seus manuscritos, que ela auxiliava suas irmãs no professorado, porém, tinha como principal fonte de renda o corte, a costura e a engomagem de roupas (cf. Carvalho 2008, 2012; Reis 2013).

Ressalta-se que estamos considerando a hipótese de Borges (2014, 2019) de que o manuscrito oitocentista de Anna Joaquina da Silva Marques registra traços da gramática de uma variedade do PB que se emergia na comunidade de fala goiana. O argumento é o de que o manuscrito em apreço possui propriedades *sui generis* quando comparado com outros manuscritos históricos: trata-se da evidência empírica mais antiga, encontrada até então, com propriedades similares à sintaxe do sujeito do PB atual, o que nos faz inferir que ele reflete, de modo minimamente consistente, uma gramática particular que emergia naquela comunidade linguística. Há no manuscrito um conjunto de dados cruciais para essa postulação, como as construções com sujeitos nulos indefinidos com verbo na 3<sup>a</sup> pessoa do singular e no pretérito perfeito (cf. Borges 2014, 2019), que só recentemente foram identificadas como gramaticais no PB por Lunguinho & Medeiros Jr. (2009).

Destaca-se que os dados das amostras do *corpus*, constituídos de orações finitas e não finitas, referem-se à 1<sup>a</sup> ou à 3<sup>a</sup> pessoa grammatical, haja vista que

uma das características dos manuscritos analisados é a ausência de dados referentes à 2<sup>a</sup> pessoa. A Tabela 1 mostra a distribuição geral dos dados do *corpus*.

**Tabela 1.** Distribuição geral dos dados do *corpus*.

	Construções com sujeitos definidos		Construções com se (passivo ou impessoal)	Construções impessoais
	Sujeitos nulos	Sujeitos manifestos		
Século XVIII	59,36% 742(1250)	20,88% 261(1250)	16,88% 211(1250)	2,88% 36(1250)
Século XIX	22,24% 278(1250)	64,32% 804(1250)	0,4% 5(1250)	13,04% 163(1250)

A Tabela 1 ilustra dados referentes ao conjunto de construções com *se*-passivo e *se*-impessoal e construções impessoais, i.e., construções com sujeitos nulos não argumentais e com verbos meteorológicos, presentes no *corpus*. No entanto, apesar de o comportamento sintático dessas construções ser revelador de uma mudança na sintaxe do sujeito no português em Goiás do século XVIII para o século XIX (cf. Borges 2014, 2019), não nos deteremos em uma análise sobre elas aqui por questões de escopo e espaço. Trataremos das construções com sujeitos definidos. De acordo com a Tabela 1, o número de sujeitos manifestos subiu de uma média de 20,88% (século XVIII) para 64,32% (século XX) (valor-p <0,01). Já a percentagem de sujeitos nulos definidos diminuiu de 59,36% (século XVIII) para 22,24% (século XIX) (valor-p <0,01). Em (1) e (2), respectivamente, exemplificamos ocorrências de sujeitos manifestos e nulos definidos extraídos das amostras setecentista e oitocentista.

#### (1) Sujeitos manifestos definidos em Goiás: séculos XVIII e XIX

- a. Século XVIII: Desta fazenda saiu *Sua Excelênci*a no dia quatro de junho, e marchando seis léguas tomou quartel no Córrego de S. José. Adverte-se, que por todo aquele terreno, que nada havia que

averigar; marchava *Sua Excelência* uma grande parte da madrugada, utilizando-se da Lua se a havia, e se não usava de archotes, que para isso levava provimento, e desta forma se livrava do ardor do sol, que neste país é insuportável. No dia cinco se aquartelou *Sua Excelência* no Córrego do Ministro, marchou cinco léguas.

- b. Século XIX: Dia 10 às 3 horas da tarde, o cunhado de Antônio Manoel morreu no caminho do Bacalháo. De noite nós fomos lá. Nesse dia faleceu também *Agostinha do P<sup>e</sup>. S<sup>ta. rem.</sup>* (...) Dia 12 denoite *eu, Nhola e Lili* fomos à novena de Nossa Senhora de Boa Morte quando viemos achamos Joaquim Fernandez. (...) Dia 14 fomos na casa de Bina ver procissão. Dia 15 minha mãe fez anos. De tarde fomos ver procissão de Nossa S<sup>a.</sup> da Glória. (...). Dia 20 foi domingo. *Minha mãe, eu e Nhola* fomos à chácara do João Godinho. Quando voltamos, *eu* fiquei em casa de Mariquinha, de tarde vim com ela.
- (2) Sujeitos nulos definidos em Goiás: séculos XVIII e XIX
- a. Século XVIII: Na madrugada do dia 24 de agosto saiu *Sua Excelência*, das Arraias para o Regimento de São Domingos, e \_\_\_\_ marchando 4 léguas \_\_\_, pousou no ribeirão da água fria. No dia 25 \_\_\_\_ marchou três léguas, \_\_\_\_ tomou quartel no morro do chapéu. No dia 26 \_\_\_\_ marchou 6 léguas \_\_\_\_ fez Rancho no córrego do engenho dos macacos. No dia 27 \_\_\_\_ marchou 7 léguas \_\_\_\_ pousou no ribeirão do Galheiro.
  - b. Século XIX: Dia 7 foi domingo Totó Ludovico veio passar o dia aqui. depois \_\_\_ fomos em casa de Mariquinha depois \_\_\_ fomos no Matadouro. De noite \_\_\_ fomos ao Mez de Maria. Dia 8 \_\_\_ fomos todos em casa de Tiasenhora.

Foram analisadas, ainda, duas propriedades associadas às LSN: a inversão livre do sujeito e a concordância verbal. A Tabela 2 mostra que

a frequência de dados com inversão caiu de 51,72% para 17,41% (valor-p <0,01), enquanto a ordem SV subiu de 48,28% para 82,59% (valor-p <0,01).

**Tabela 2.** Ordenação SV/VS.

	<b>SV</b>	<b>VS</b>
Século VIII	48,28% (126/261)	51,72% (135/261)
Século XIX	82,59% (664/804)	17,41% (140/804)

Destacamos que as ocorrências de sentenças com ordem VS nos dados oitocentistas se restringem a verbos intransitivos de natureza inacusativa (*ir, entrar, chegar, partir, morrer, falecer, etc.*) e existencial (*estar*). Esses resultados, exemplificados em (3)-(4), vão ao encontro de análises de que a ordem VS resiste no PB especialmente com verbos inacusativos. Pilati (2006) afirma que as estruturas VS no PB apresentam foco identificacional como resultado da presença de um elemento locativo ou temporal em [SPEC-TP] com escopo sobre toda a sentença. Ela argumenta, portanto, que a ordem VS no PB, inclusive com verbos transitivos que selecionam elementos locativos, é resultado de inversão locativa, e não de inversão livre – em nossa análise, não estamos considerando as interpretações de tópico e foco da(s) estrutura(s) VS.

### (3) Ordem SV em Goiás: séculos XVIII e XIX

- a. Século XVIII: Em todo o tempo que *Sua Excelência* residiu neste Arraial, que foram nove dias, assistiu aos festejos que lhe fizeram os moradores; (...) *O doutor José dos Santos* elogiou a *Sua Excelência* com uma outra e discreta oração latina.
- b. Século XIX: Dia 17 de noite *eu Nhola e Lili* fomos no Palácio. Dia 18 *eu e Lili* fomos a Cambaúba. Dia 19 *eu* passei dia em casa de Mariquinha. Dia 20 de abril de 1883 sexta-feira *eu e Lili* fomos beijar Senhor dos Passos.

(4) Ordem VS em Goiás: séculos XVIII e XIX

- a. Século XVIII: Marcha *Sua Excelência*, do Julgado de Traíras para o de São Félix. Saiu *Sua Excelência* do Arraial de Traíras no dia trinta de junho pelas sete horas da manhã acompanhado de todos os moradores daquele Arraial, e na retaguarda a Companhia da Cavalaria Auxiliar do Arraial de São José, onde tomou *sua Excelência* quartel (...)
- b. Século XIX: Dia 29 foi domingo (...) de noite esteve aqui *Lulu Pitaluga e o L. de Castro*. (...) de tarde esteve aqui *os meninos do Luiz Jardim*.

Não houve registro significativo de ausência de concordância verbal nos dados setecentistas. Foram registrados apenas quatro casos envolvendo a 3<sup>a</sup> pessoa do plural. Três dos casos envolvem DPs coordenados em estrutura VS, e o outro envolve DP coordenado em estrutura SV. Pode-se dizer que, tanto na estrutura VS quanto no único caso com estrutura SV, a relação de concordância é parcial, isto é, ocorre apenas entre o verbo e o elemento da coordenação mais próximo, como ilustrado em (5).

- (5) a. Sua Excelência intentou ir ao regimento do Duro; porém, como **veio** ao Arraial de Natividade *o vigário e o capitão Roque*, regente dos índios (...)
- b. O seu esmoler, ânimo, e a sua liberalidade, [o] fez despender nesta digressão mais de 4 mil cruzados.

A Tabela 3 mostra que menos de 12% das orações com um sujeito pluralizado nos dados oitocentistas (54/464) não apresentaram concordância verbal.

**Tabela 3.** Concordância verbal no século XIX.

Concordância	Ausência de concordância
88.36% (410/464)	11.64% (54/464)

Ressaltamos que, na codificação das sentenças, foram considerados todos os tipos de verbos não impessoais (transitivos, intransitivos, inergativos, etc.), com sujeito manifesto ou nulo. Curiosamente, os casos com sujeitos nulos referenciais no plural apresentaram concordância manifesta com o verbo, independentemente de sua natureza semântica. Os casos de ausência de concordância verbal na gramática oitocentista envolvem crucialmente a 3<sup>a</sup> pessoa do plural e verbos de natureza existencial (6a) ou inacusativa (6b). A maioria desses dados são estruturas SV (57,4%) com DPs coordenados, como em (6b), o que deve estar crucialmente ligado ao predomínio da ordem SV na gramática oitocentista.

- (6) a. Dia 22 foi 4<sup>a</sup>-feira de cinza. De noite **esteve** aqui *Lulu Pitaluga e Joaquim Fernandez*.
- b. Dia 17 *Lulu Pitaluga e o Cavalcante veio* aqui.

Também é possível afirmar que a concordância verbal nos casos em tela é parcial, ou seja, é estabelecida entre o verbo e o primeiro elemento nominal de um DP coordenado. Haveria, então, na gramática oitocentista, a coexistência da concordância parcial e da concordância plena tanto em estruturas SV quanto em estruturas VS com verbos inacusativos/existenciais e DPs coordenados. Destacamos que a diferença crucial na ausência de concordância dos dados do século XIX é verificada em ocorrências como em (7), em que há a ausência de concordância entre o DP plural (não coordenado) e o verbo inacusativo/existencial. Ao todo, há apenas cinco construções desse tipo na amostra codificada do manuscrito oitocentista.

- (7) a. Dia 20 **faleceu** duas crianças com coqueluche.  
 b. De tarde **esteve** aqui os meninos do Luiz Jardim.

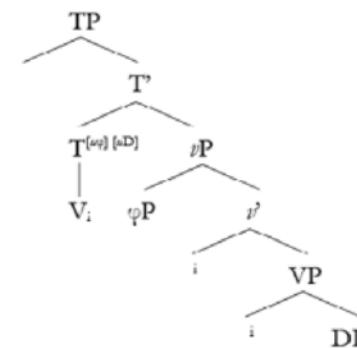
Consideradas as propriedades sintático-semânticas dos verbos inacusativos e existenciais, os escassos casos de ausência de concordância verbal com DPs plurais com a estrutura DET + SN indicam que a valoração dos traços- $\varphi$  de T começa a deixar de ser uma exigência nas construções com esses verbos na gramática oitocentista – apesar de ser bastante produtiva. Em suma, os resultados encontrados na amostra oitocentistas não atestam um papel significativo da concordância de plural das 1<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> pessoas no declínio de sujeitos nulos na gramática do português em Goiás, minorando o argumento em favor de uma relação unidirecional entre a perda de morfologia verbal e o declínio de sujeitos nulos na gramática do PB (cf. Duarte 1993, entre outros).

Propomos que o português goiano oitocentista era uma LSN parcial quando comparado com o português setecentista. De acordo com Holmberg (2010), entre as LSN, existem aquelas que permitem sujeitos nulos definidos por meio de um traço de definitude – traço-D – associado ao paradigma flexional dos verbos em T que distingue os traços- $\varphi$  (pessoa, número e gênero), como é o caso do PE e do italiano, daquelas que não possuem um traço-D em T capaz de recuperar todas as pessoas gramaticais por meio da morfologia dos verbos finitos, especialmente a 3<sup>a</sup> pessoa, como no caso do PB e do finlandês. Nessa direção, Holmberg (2010) propõe que, tipologicamente, o PE e o italiano são LSN consistentes e o PB e o finlandês LSN parciais.

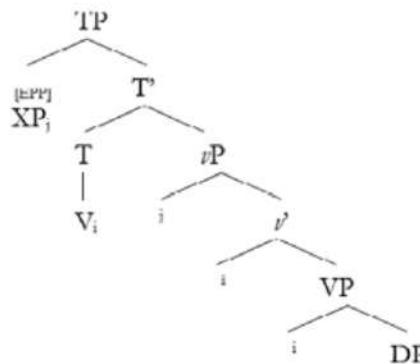
Considerando Holmberg (2010) e os resultados da Tabela 1, propomos dois mecanismos principais de checagem do traço-EPP (Princípio de Projeção Estendida, do inglês *Extended Projection Principle*) para os dados do *corpus*: (8a) representa o mecanismo predominante de checagem do traço-EPP para a 3<sup>a</sup> pessoa no português setecentista, hipoteticamente uma LSN consistente, como o PE; (8b) representa o mecanismo predominante

de checagem do traço-EPP para a 3<sup>a</sup> pessoa no português oitocentista, hipoteticamente uma LSN parcial, como o PB contemporâneo. Ressalta-se que estamos propondo que o mecanismo predominante de checagem do traço-EPP na gramática setecentista, ilustrado em (8a), deixou de operar na gramática oitocentista. Por sua vez, o mecanismo predominante de checagem do traço-EPP na gramática oitocentista, ilustrado em (8b), é uma inovação em relação à gramática setecentista. Destaca-se que um mecanismo de checagem do traço-EPP similar a (8b) poderia operar na gramática setecentista desde que em T houvesse um traço-D a ser valorado – essa é uma observação importante para a hipótese de linguística de contato que desenvolveremos adiante.

- (8) a. Mecanismo de checagem do EPP para a 3<sup>a</sup> p. no português setecentista em Goiás:



- b. Mecanismo de checagem do EPP para a 3<sup>a</sup> p. no português oitocentista em Goiás:

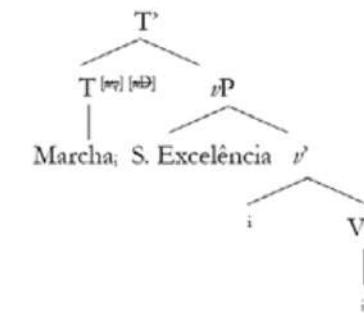


Em (8a), [uD] é a rotulação do traço-D de T a ser valorado na checagem de traços da derivação. Segundo Holmberg (2010a), em (8a), T sonda um φP na 3<sup>a</sup> pessoa e tem seus traços-φ valorados por esse pronome, resultando dessa união um sujeito nulo definido; assim, a valoração de [uD] e dos traços-φ de T por meio do movimento do verbo para esse núcleo funcional, em (8a), é suficiente para satisfazer o EPP. Em outras palavras, na gramática setecentista, o EPP é um traço-D em T. Em (8b), o traço [uD] não está presente no conjunto de traços formais de T, de modo que o EPP na gramática oitocentista passa a ser satisfeito por meio do movimento de um elemento lexical de natureza nominal para a posição de especificador de T, especialmente na 3<sup>a</sup> pessoa. O movimento desse XP satisfaz o traço-EPP de [SPEC-TP] nos moldes propostos por Chomsky (1995), onde o EPP é satisfeito pela concatenação de um XP em [SPEC-TP]. Assim, uma vez que T na gramática oitocentista não possui um traço-D a ser valorado pelo movimento do verbo, um sujeito definido de 3<sup>a</sup> pessoa deve conter seu próprio índice de definitude/referencialidade e mover-se para [SPEC-TP]. Ou seja, os sujeitos de 3<sup>a</sup> pessoas são sondados por T e são forçados pelo EPP a se concatenar em [SPEC-TP], onde são expressos. Isso explica o fato

de a maioria dos sujeitos definidos de 3<sup>a</sup> pessoa nos dados oitocentistas ser itens lexicais manifestos de natureza nominal.

Em relação à derivação da ordem VS nos dados setecentistas, propomos que o DP se mantinha na primeira posição em que foi concatenado, de modo que a ordem VS pode ser interpretada como uma consequência natural da valoração do traço-D e dos traços-φ em T – um EPP – por meio do movimento do verbo para T, como ilustrado em (9).

- (9) Derivação da inversão livre em oração declarativa na gramática setecentista:



Destaca-se que, em (9), seguimos Alexiadou & Anagnostopoulou (1998), que argumentam contrariamente à postulação de que exista *pro* em posição pré-verbal nas construções com ordem VS em línguas com morfologia verbal rica e um traço categorial D.

### 3 Linguística de contato: alguns conceitos-chave

Conforme mencionado, este trabalho tem como hipótese que especialmente falantes de línguas nigero-congolesas sequestrados para o Brasil Colônia desempenharam um papel significativo na constituição da gramática do PB, especialmente no que diz respeito à sintaxe do sujeito. Diante disso, nesta seção, discutimos alguns conceitos-chave da linguística de contato que serão relevantes para explicar nossa hipótese. Utilizaremos como referencial os

trabalhos de Thomason (2001) e Winford (2017). O trabalho de Thomason (2001) sugere a adoção de critérios de análise de dados de línguas em contato a fim de testar se a mudança verificada na língua-alvo realmente ocorreu por conta do contato. Já Winford (2017) enfatiza a necessidade de se analisar o aspecto psicolinguístico correlacionado aos dados linguísticos que servem de *input* para gerar mudança gramatical em determinada configuração ecológica de contato linguístico.

Thomason (2001) define contato linguístico como, basicamente, o uso de mais de uma língua em um mesmo lugar e em um mesmo tempo. A autora explica que, em situações não triviais, o uso de mais de uma língua por pelo menos um determinado grupo de pessoas em um mesmo lugar e em um mesmo tempo pode ter impactos bastante significativos nas línguas em uso, ao passo em que, em situações extremas, pode resultar na emergência de novas línguas – i.e., pidgins, crioulos e línguas mistas. Thomason (2001) define, ainda, a mudança linguística induzida por contato como qualquer mudança que teria sido *menos provável* (do inglês, *less likely*) de acontecer em determinada língua sem uma situação particular de contato e interação com outra(s) língua(s). A autora pontua que sua definição não deve ser tomada como um procedimento para estabelecer a mudança, afinal, não há meios de se medir o que é menos provável para qualquer mudança linguística que ocorreu no passado. A autora explica, ainda, que menos provável refere-se ao fato de muitas mudanças linguísticas induzidas por contato possuírem motivações estruturais internas, sendo, portanto, resultantes de múltiplos fatores.

Thomason (2001) distingue dois processos fundamentais de mudança envolvendo contato linguístico que não resultam na emergência de novas línguas, quais sejam: manutenção (do inglês, *maintenance*) e substituição (do inglês, *shift*), os quais, na visão da autora, são desencadeados e definidos por fatores sociais, como a duração do contato, o número de falantes bilíngues, o tamanho da população e o domínio socioeconômico de determinados falantes. Nos casos de manutenção, falantes nativos de

uma língua A mantêm a sua língua, mas integram elementos de outra língua, a língua-alvo B. Sob baixa intensidade de contato e se o número de falantes bilíngues em uma determinada população é pequeno, o empréstimo é limitado ao vocabulário não básico. Com o aumento do contato e com um número crescente de falantes bilíngues, há mais empréstimos lexicais e também empréstimos estruturais moderados ou intensos. Nos casos de substituição (*language shift*), os falantes da língua A abandonam o uso de sua língua em favor da língua B. Quando falantes de uma língua A estão mudando para uma língua B, eles transferem recursos de sua língua nativa A para a língua B. Thomason (2001) exemplifica a transferência de morfemas, de morfemas e estruturas simultaneamente, ou apenas de estruturas como casos de interferência.

Thomason (2001: 21) defende que, independentemente do processo responsável pela mudança em situações de contato linguístico, “fatores sociais são os únicos que precisam ser considerados na avaliação da estabilidade: fatores linguísticos (como a similaridade estrutural geral das línguas em contato) parecem ser totalmente irrelevantes”.<sup>5</sup> Os fatores sociais que, geralmente, determinam o resultado estrutural do contato linguístico são as relações socioeconômicas e políticas de dominação, o tamanho da população e o grau em que a língua-alvo B é acessível para os falantes da língua A. Para a autora, o efeito do primeiro fator nos casos de *language shift* é direto e a cultura dominante de falantes da língua B promove o desaparecimento da língua A em favor de B. Se o número de falantes da língua A é significativamente menor do que o número de falantes da língua B, adota-se a língua B sem deixar vestígios da língua A.

Consoante Thomason (2001), o alto percentual de bilíngues em uma população em casos de *language shift* é relevante porque determina o papel daquilo que ela chama de “*aquisição imperfeita*”. A autora explica que é

<sup>5</sup> No original: “(...) social factors are the only ones that need to be considered in assessing stability: linguistic factors (such as overall structural similarity of the languages in contact) seem to be totally irrelevant (...)” (Thomason 2001: 21).

importante ter em mente que ela não usa o termo “aquisição imperfeita” para propor uma possível inabilidade dos indivíduos em aprender a língua-alvo ou mesmo a falta de acesso suficiente à língua-alvo para permitir a aquisição completa. Na visão da autora, “aquisição imperfeita” refere-se à situação de contato linguístico em que os aprendizes adultos utilizam uma série de estratégias específicas de aquisição de língua segunda (L2) que pode ter algum impacto na estrutura da língua-alvo sob certas condições sociais, como as que subjazem *language shift*. A integração de estruturas linguísticas de duas ou mais línguas é resultado de vários mecanismos que podem operar individualmente ou em combinação. Thomason (2001) aponta as estratégias de aquisição de língua segunda (do inglês, *second-language acquisition strategies*) como um dos mecanismos mais utilizados na integração de estruturas. A autora destaca a manutenção de distinções e outros padrões da língua nativa dos aprendizes na construção de sua versão da gramática da língua-alvo, projetando a estrutura de sua L1 na forma da L2, como uma das principais estratégias de aquisição de L2. Uma segunda estratégia apresentada pela autora consiste basicamente em os aprendizes de L2 inserirem material da língua materna na L2: e.g., falantes nativos de inglês fazem uso da estrutura SVO de sua língua na construção das orações subordinadas do alemão, cuja ordem é SOV. Outra estratégia é ignorar distinções que são presentes na língua-alvo, mas opacas para os aprendizes em um estágio inicial de aquisição de L2, como as distinções morfológicas de gênero.

Thomason (2001) afirma que procedimentos para estabelecer os resultados da mudança linguística induzida por contato dificilmente são necessários quando um morfema de uma língua-alvo corresponde a um morfema da língua-fonte, ou quando um morfema de uma língua crioula corresponde a um morfema da língua lexificadora – embora as fontes de certos morfemas gramaticais sejam frequentemente debatidas por crioulistas e alguns desses morfemas possam ter múltiplas fontes. Para a autora, casos dessa natureza constituem exemplos não controversos de

mudança linguística induzida por contato. Há, contudo, segundo Thomason (2001), casos de mudança linguística em situações de contato que são controversos. Exemplificando que, em casos de interferência induzida por substituição (do inglês, *shift-induced interference*), a transferência de padrões estruturais é mais comum do que a de morfemas, de modo que a interferência estrutural ocorre especialmente por conta do contato cada vez mais intenso envolvendo bilinguismo generalizado, a pesquisadora afirma ser necessário estabelecer critérios que possam testar, nesses casos, se a mudança estrutural provavelmente foi induzida por contato linguístico.

Thomason (2001) propõe cinco procedimentos para testar casos controversos de mudança linguística induzida por contato: primeiramente, o pesquisador não pode atentar para um fato singular da língua, como, por exemplo, uma possível influência no sistema fonológico, mas para a língua como um todo. A estudiosa afirma que, se um determinado traço estrutural foi transferido de uma língua-fonte para uma língua-alvo, é altamente provável que outros traços estruturais também tenham sido transferidos da mesma língua-fonte, especialmente na perspectiva de que certos traços surgem em função de e são dependentes de outros. Deste modo, um argumento baseado em apenas um traço singular é considerado pouco convincente. Em segundo lugar, uma língua-fonte precisa ser identificada para se estabelecer que essa língua-fonte tem precisamente a propriedade estrutural ou uma propriedade que razoavelmente possa ser tomada como derivada de outra propriedade dessa língua. Em terceiro, o pesquisador precisa encontrar traços estruturais compartilhados entre a língua-fonte e a língua-alvo, os quais não precisam ser – e dificilmente serão – idênticos em todos os aspectos. Em quarto, o pesquisador precisa provar que os traços compartilhados não existiam na língua-alvo antes do intenso contato com a possível língua-fonte. Por quinto e último, o pesquisador precisa provar que o traço compartilhado realmente existia na língua-fonte antes de ela entrar em contato com a língua-alvo, quer seja por meio da comparação entre as duas línguas (língua-alvo e língua-fonte) diretamente, quer seja por

meio da comparação da língua-alvo com línguas próximas da língua-fonte nos casos em que a língua-fonte já não mais existe porque todos os seus falantes a substituíram pela língua-alvo. Se especialmente os quatro últimos procedimentos não puderem ser adotados, Thomason (2001) salienta que qualquer alegação de motivação externa para a mudança linguística em uma dada língua deve ser, na melhor das hipóteses, provisória. Ademais, a autora declara que tanto as motivações externas quanto as internas devem ser consideradas em qualquer relato sistemático da história de uma língua. Para ela, a adoção desses critérios, incluindo possíveis motivações internas, pode colocar as hipóteses de origem de uma língua em um terreno mais firme do que às vezes elas têm estado.

Winford (2017) enfatiza que o *input* linguístico em configurações ecológicas de contato linguístico que envolvem *language shift* deve ser tomado como crucialmente relevante para estabelecer a natureza e a extensão das mudanças na língua-alvo. O autor defende uma análise dos resultados do contato linguístico que seja composta por três aspectos: o sociolinguístico, o linguístico e o psicolinguístico. Ele explica que o aspecto sociolinguístico se atenta para o lócus da propagação da mudança, considerado o conjunto de redes que conecta um indivíduo a outro e cada um deles à estrutura social mais ampla. Por sua vez, o aspecto linguístico diz respeito aos aspectos estruturais das línguas em contato e deve ser explicado a partir das possíveis formas de interferência (mútua) dessas línguas. Por fim, o aspecto psicolinguístico se atenta para a maneira como os *inputs* atuam e delineiam a mudança linguística em situações de contato entre línguas. Desse modo, toma-se o indivíduo bilíngue como o lócus da atuação, e o modo como os sistemas linguísticos e os *inputs* interagem na mente do indivíduo são tomados para explicar os processos psicolinguísticos que delineiam a mudança.

Winford (2017) mostra que há uma nítida evidência de que as estruturas emergentes no padrão sentencial dos novos ingleses (*New Englishes*) resultam da transferência de substrato das primeiras línguas de seus falantes,

ao mesmo tempo em que afirma que esses novos padrões estruturais não têm equivalentes em outras variedades do inglês que também foram trasladadas, como o inglês americano ou o inglês australiano. Com essa observação, Winford (2017) reforça a ideia de que diferentes tipos de reestruturação ocorrem com diferentes resultados em distintas configurações ecológicas. Para Winford (2017), a reestruturação inclui a replicação de padrões gramaticais da L1 em sistemas de interlíngua dos aprendizes da L2, caracterizando um mecanismo psicolinguístico de imposição que aplica os procedimentos de produção da L1 na produção de estruturas de uma L2 emergente. Na direção do que Winford (2017) propõe, apresentamos o estudo de Sato & Kim (2012) que mostra que o inglês coloquial de Singapura exibe padrão de língua *pro-drop* radical – i.e., LSN orientada para o discurso, como o chinês e o malaio –, enquanto seu paradigma pronominal é fusional, como no inglês padrão. Os autores citam as construções de tópico nulo em cadeia, como em (10), como uma característica *pro-drop* radical do inglês coloquial de Singapura.

#### (10) Inglês coloquial de Singapura<sup>6</sup>

A: *So, you can cycle now, can you?*

B: *Yeah, [Ø]<sub>Top</sub> can cycle, not very well, but [Ø]<sub>Top</sub> can cycle, ah.  
[Ø]<sub>Top</sub> knocked myself against the pillar, but then [Ø]<sub>Top</sub> managed to pick up cycling.*

Em (10), a pergunta do falante A apresenta o falante B como o tópico do discurso: assim, todas as orações subsequentes na resposta do falante B se referem à mesma entidade, que é o tópico já estabelecido pela pergunta do falante A, e, por isso, o deletam fonologicamente, formando o que Huang (1984) chama de cadeia de tópicos, na qual os tópicos vazios são definidos pelo tópico original. Sato & Kim (2012) também mostram que o inglês coloquial de Singapura exibe assimetrias de argumentos nulos na

<sup>6</sup> Sato & Kim (2012: 865).

posição de sujeito e de objeto, como em (11), conformando-se à proposta seminal de Huang (1984) de que línguas de tópico proeminente (*pro-drop radical*) exibem livre omissão de argumentos e assimetrias na referência de argumentos nulos nas posições de sujeito e de objeto.

(11) Inglês coloquial de Singapura<sup>7</sup>

- a. [...]j[*Sar Che and Sar Ee*], said [e<sub>i;j</sub> go to the airport to fetch you and Li Sa].
- b. [...]j then [*my mum*], said [e<sub>i;j</sub> must call her sister].
- c. [...]j *they*, said [they will send e<sub>\*i;j</sub> to you].

No dado em (11a), o antecedente do sujeito vazio pode ser o sujeito da oração matriz (*Sar Che and Sar Ee*), ou outra pessoa no discurso (Sato & Kim 2012). A mesma operação vale para o sujeito vazio em (11b). Já o objeto nulo em (11c) não pode tomar o pronome *they* da oração matriz como seu antecedente, pois deve se referir a alguém compreendido no discurso. Essa assimetria interpretativa é exatamente o que Huang (1984) observou no chinês, uma língua prototípicamente orientada para o discurso. Como proposto por Winford (2017) para os novos ingleses, temos que o inglês coloquial de Singapura é um caso de *language shift* em que a estrutura da L1 (língua-fonte) alterou o padrão sentencial da estrutura da L2 (língua-alvo). Essa mudança foi possível graças a falantes bilíngues de chinês-inglês e malaio-inglês (cf. Sato & Kim 2012).

#### 4 Contato linguístico na América portuguesa e em Goiás

Estima-se que havia uma população de 1 milhão de pessoas tupis e 1.5 milhões de pessoas guaranis constituindo o grupo tupi-guarani quando os colonizadores portugueses chegaram à América portuguesa (Schwarcz & Starling 2015). Os chamados tupis-guaranis subdividiram-se em diversos povos de línguas aparentadas. De acordo com Rodrigues (2005), as línguas

ameríndias naquele período eram cerca de 1200, mas atualmente são cerca de 180. As línguas nativas que tiveram maior contato com o português foram o tupi e o tupinambá. De acordo com Rodrigues (2010), a interação dessas línguas com o português resultou: (i) na Língua Geral paulista (LGP), que teve grande abrangência no território e foi utilizada por parte expressiva daqueles que participaram da empreitada de desbravar o interior do país desde a segunda metade do século XVI até a segunda metade do século XIX; e (ii) na Língua Geral amazônica, ou *nheengatu*, falada na região amazônica até hoje.

Comumente, o termo Língua Geral (LG) é associado a um conjunto de línguas que emergiram por meio de *language shift* no contato entre colonos e indígenas sul-americanos. Entretanto, essa visão, especificamente em relação à LG no Brasil, tem sido colocada em debate. Oliveira, Zanolli & Módolo (2019) argumentam que a LG brasileira não seria resultado de *language shift*, mas de uma situação extrema de contato linguístico que resulta na criação de novas línguas – i.e., pidgins, crioulos e línguas mistas, ou misturas bilíngues nos termos dos autores. Para eles, a LG, uma língua crioula, teria se desenvolvido de um pidgin, o tupinambá, criado devido aos contatos plurilíngues entre ameríndios na costa brasileira antes de o colonizador chegar. Esse pidgin teria se desenvolvido para um pidgin estendido e, por fim, para uma língua crioula, a LG, que se desdobrou, pelo território, em três dialetos: a LGP, o *nheengatu* e a LG da Bahia. Os autores refutam a hipótese mameluca (mestiçagem entre brancos e índios) na criação da LG com base em registros de casamentos paulistas que indicam que a mestiçagem brasileira naquele período envolveu europeus, indígenas e africanos. Os autores defendem, ainda, que o quimbundo, língua angolana falada e gramatizada em colégios jesuítas brasileiros no período colonial, também teria contribuído para a formação da LG, vista por eles como um *continuum* pidgin-crioulo a partir do tupinambá.

O comércio atlântico de escravos foi responsável pela diáspora de ao menos 4 milhões de africanos para a América portuguesa (Mattoso 1982;

<sup>7</sup> Sato & Kim (2012: 866).

Florentino 1997; Alencastro 2000). Florentino (1997) alega que metade dos traficados no século XVIII aportou nos portos fluminenses, o que equivale a 850 mil negros. Florentino (1997) afirma também que, no século XVIII, teria sido dominante o sequestro de povos nativos de Angola e apresenta um conjunto de dados e registros históricos que mostra que, mormente a partir da década de 30 do século XVIII, a maioria dos navios negreiros ancorados nos portos do Rio de Janeiro trazia cativos de Angola. Embora os povos africanos tenham sido distribuídos de modo a impedir que pessoas de uma mesma língua se aglomerassem, o quimbundo foi uma língua veicular no tráfico de escravos para o Brasil (Bonvini 2009). Heywood (2002) relata que no século XVIII o quimbundo era uma língua franca falada majoritariamente por portugueses, afro-portugueses e africanos no Reino de Angola, o principal fornecedor de escravos africanos para a América portuguesa no século XVIII:

Mesmo antes do século XVIII, os portugueses reconheciam a importância do quimbundo como a língua franca da população, e os jesuítas já haviam publicado um catecismo em quimbundo em 1642. (...). Embora os missionários usassem o quimbundo quando lidavam com a população africana, foi o seu uso em ambientes legais por oficiais portugueses que permitiu que a população o usasse como língua franca. Por exemplo, a diretriz de 1737 do governador Rodrigo Cézar de Menezes, criando uma posição de intérprete e juiz para lidar com multas e petições de liberdade em favor de escravos, estipulava que ela fosse mantida por uma pessoa de alto caráter moral e que fosse “conhecedora” da língua do povo Ambundu.

(Heywood 2002: 103-104, traduzido).<sup>8</sup>

<sup>8</sup> No original: “Even before the eighteenth century, the Portuguese recognized the importance of Kimbundu as the lingua franca of the population, and Jesuits had already published a Kimbundu catechism in 1642. (...). Although missionaries used Kimbundu when dealing with the African population, it was its use in legal settings by Portuguese officials that allowed the population to use it as the lingua franca. For example, Governor Rodrigo Cézar de Menezes’s 1737 directive, creating a position of interpreter and judicial enquirer to deal with fines and petitions of liberty on behalf of slaves, stipulated that it be held by a person of high moral character and one who was “knowledgeable” in the Ambundu language”.

De acordo com Alencastro (2000), o tráfico de escravos africanos para a América portuguesa foi negociado de maneira especial em Angola pelos colonos que viviam na América. O autor argumenta que os interesses dos colonos, as correntes marítimas e os ventos favoráveis à navegação entre as costas sul-americanas e africanas do Atlântico Sul, a instalação de companhias brasileiras privadas para traficar e dados estatísticos favoreceram as relações ultramarinas entre Brasil e Angola: “No século XVIII, quando as estatísticas passam a ser mais acuradas se verifica que apenas 15% dos navios entrados no porto de Luanda vinha da Metrópole. Todo o resto da navegação para Angola (...) saía do Rio de Janeiro, da Bahia e do Recife” (Alencastro 2000: 28). Esse contexto socio-histórico justifica a elaboração da primeira gramática do quimbundo em solo brasileiro quase 50 anos após padres jesuítas terem publicado um catecismo na mesma língua no Reino de Angola, o qual, inclusive, foi utilizado pelo padre Pedro Dias, da Companhia de Jesus, para ilustrar dados da sua *Arte da língua de Angola* de 1697.<sup>9</sup> Ou seja, a interação comercial ultramarina dos colonos portugueses com os nativos de Angola ultrapassou os limites dos portos da América portuguesa, adentrando os colégios jesuítas brasileiros, onde o quimbundo pela primeira vez se gramatizou.

A criação da capitania de Goiás deu-se em momento posterior aos contatos linguísticos estabelecidos no eixo Portugal-África-Brasil – alguns dos resultados desses contatos já haviam, inclusive, emergido em solo americano –, tendo sido oficialmente inserida na empresa colonial escravista, agrícola e mineira de Portugal na América em 1748. Integrava em seu domínio político-administrativo o atual estado de Tocantins, que se tornou uma unidade federativa autônoma em 1988, e outras partes de territórios vizinhos. A capitania de Goiás era multilíngue antes da chegada do

<sup>9</sup> A língua mina-jeje, de base eve-fon, falada em Vila Rica – atualmente Ouro Preto, Minas Gerais – também foi gramatizada na *Obra nova de Lingoa geral de mina, traduzida, áo nosso Igdioma por Antonio da Costa Peixoto, Naciognal do Reino de Portugal, da Provincia de Entre Douro e Minho, do comcelho de Filgueiras*. Província da Costa da Mina e os seus falantes, provavelmente, não faziam uso do português.

colonizador. De acordo com os troncos linguísticos a que pertenciam(em), os nativos que habitavam(am) a região foram(são) divididos em dois grandes grupos: (i) o grupo jê, de maior número populacional, composto pelos akûen (acroás, xabriacás, xavantes e xerentes), os caiapós (caiapós do sul e caiapós setentrionais), os timbiras (apinajés, craós, gavião, canela, afogés, corretis, otogés, porecramecrás, macamecrás e temembus) e os carajás (carajás, javaés e xambioás); e (ii) o grupo tupi, composto pelos avá-canoeiros, tapirapés, e guajajaras(teneteara)(cf. Chaim 1974; Karasch 2016).

Karasch (2016) argumenta que os cativos que acompanhavam as primeiras bandeiras paulistas até Goiás eram provavelmente homens e mulheres indígenas, uma vez que os africanos traficados para São Paulo eram raros e caros. Com a exploração do Brasil Central pelas bandeiras paulistas e sua efetiva ocupação após a descoberta do ouro, muitos indígenas da região foram escravizados e extermínados, restando no atual estado de Goiás principalmente indígenas pertencentes às etnias carajás, avá-canoeiros e tapuias do Carretão – estes resultantes de um aldeamento indígena cuja origem étnica é composta de índios, negros e brancos. Criados pela Companhia de Jesus em meados do século XVI, os aldeamentos na América portuguesa tinham como objetivo a cristianização dos índios e o ensino do cultivo da terra e da língua portuguesa. Em Goiás, foram os colonos os responsáveis pelos aldeamentos indígenas, que geralmente eram próximos a rios e agregados aos arraiais e às vilas (cf. Chaim 1974).

Karasch (2018) afirma que, com o início da exploração das minas em Goiás, uma boa quantidade de homens africanos escravizados foi levada para buscar ou banhar ouro no rio Vermelho, próximo a ele, ou até a sua junção com o rio Araguaia. Em relação aos escravizados em Goiás, a Tabela 4 apresenta informações a respeito do seu quantitativo entre os anos de 1783 e 1832. Os resultados são oriundos de um levantamento feito por Karasch (2018) sobre a presença de africanos no Brasil Central, no qual ela utilizou fontes como registros de batismos e mortes, de impostos, de alforrias e de irmandades.

**Tabela 4.** Escravos de origem africana em Goiás: 1783-1832.  
(Fonte: Adaptada de Karasch 2018: 131)

Ano/Período	1783	1789	1792	1804	1825	1832
Comarca do Sul	11.066	22.848	25.212	14.651	8.412	8.130
Comarca do Norte	6.647	14.461	13.321	5.376	4.963	5.131
Total Geral	17.713	37.309	38.533	20.027	13.375	13.261

Karasch (2018) afirma que os registros fiscais do início do século XIX explicam os padrões do comércio de escravos africanos entre os portos da costa e a capitania de Goiás: (a) dos portos de Salvador, os escravos enviados à capitania tendiam a ser do oeste da África; (b) dos portos do Rio de Janeiro, os escravos eram provenientes principalmente da região central da África. A autora relata que os centro-africanos eram mais significativos em números na comarca do sul – onde havia o maior número de escravos e localiza-se a atual cidade de Goiás –, enquanto os africanos ocidentais eram predominantes na comarca do norte, sendo que, segundo ela, a maioria dos centro-africanos presentes na comarca do norte eram angolanos, um padrão estabelecido praticamente em todo o território.

Em 1804, houve o primeiro censo oficial da capitania de Goiás, que registrou 50.764 habitantes, dos quais: 7.131 (14.05%) eram brancos; 16.531 (32.56%) eram pardos; 7.943 (15,64%) eram negros; e 19.159 (37,75%) eram escravos – isto é, 85.95% da população eram designados *escravos, negros e pardos* (cf. Palacín & Morais 2008). Os censos realizados no período colonial ignoravam a existência dos povos indígenas em Goiás, o que não significa que eles não fossem numerosos. Há a possibilidade de alguns deles estarem inseridos nas categorias *escravos, negros e pardos*. A despeito das imprecisões nessas categorias criadas pelos colonos para designar os povos não brancos, evidencia-se um quadro populacional multiétnico no empreendimento colonial escravista, com predominância da ancestralidade africana, e muito provavelmente mestiço. Karasch (2018) afirma que o censo de 1804 revela, ainda, a decadência geral na economia

mineira, evidenciada pelo declínio da população escrava e o aumento na porcentagem de mulheres nesse grupo populacional (40%) – nos períodos anteriores os homens escravos eram majoritários devido ao trabalho nas minas.

Por meio de um inventário detalhado de escravos pertencentes a José Francisco Hutim, cujas propriedades perto de Vila Boa, atual cidade de Goiás, foram confiscadas pelos portugueses em 1805 sob a alegação de que ele e seus escravos estavam roubando ouro, Karasch (2018) identifica o que ela considera um padrão da interação étnica entre escravos angolanos e africanos ocidentais na capitania de Goiás. Para a autora, os documentos sobre os escravos de Hutim são como um registro mais geral daquele tempo. Trata-se do registro de 84 escravos descritos nos seus diversos locais de trabalho (engenho de açúcar, serviço doméstico etc.) no ano de 1805. Em duas das propriedades de Hutim, Karasch (2018) informa que homens angolanos mais velhos ocupavam posições de estatura: um como feitor e o outro como um especialista em açúcar. O inventário revela que havia um senso de hierarquia social dentro da força de trabalho escrava, e os angolanos tiveram alguma vantagem por causa da antiguidade, i.e., devido ao tempo de serviço.

Os censos de 1825 e 1832 registraram 45,2% e 45,6% de mulheres na população escrava, indicando uma tendência para o quadro populacional de escravizados no século XIX. Em 1832, os registros censitários revelaram pela primeira vez o quantitativo de africanos em Goiás: da população total de 13.261 escravizados, 1.923 (14.50%) eram africanos; 9.652 (72.79%) eram brasileiros; e 1.686 (12.71%) eram chamados *pardos*. Karasch (2018) afirma que a quantidade de africanos que continuaram a viver em Goiás após esse período é incerta, especialmente porque muitos deles escaparam para os quilombos – como o Calunga, maior quilombo do país – ou compraram sua liberdade.

Em 1872, os dados do Recenseamento Geral do Império constataram que a população da província de Goiás ultrapassara os 160 mil habitantes,

dos quais cerca de 140 mil (87,5%) eram de nascidos na província, como ilustrado na Tabela 5.

**Tabela 5.** Quadro étnico na província de Goiás em 1872.  
(Fonte: Adaptada de Borges 2014: 34)

Etnia	Total	Porcentagem
Brancos	41.938	26,2%,
Pardos	90.490	56,4%
Pretos	23.710	14,8%,
Caboclos	4257	2,6%

Os escravos somavam 10.652 almas, das quais 8.629 (ou seja, 81%) tinham nascido ali. A Tabela 5 mostra que pardos e pretos juntos excediam 70% da população goiana no último quarto do século XIX, com predomínio dos chamados pardos, evidenciando um processo de embranquecimento da população bastante avançado.

## 5 O papel do contato linguístico na emergência da gramática do PB em Goiás

Na gramática gerativa, as línguas são compreendidas como um aparato biológico da mente humana. Nessa perspectiva, cada língua produz um conjunto infinito de expressões estruturadas hierarquicamente com interpretações sistemáticas em interface com o sistema articulatório-perceptual, para externalização sonora ou gesto-visual, e o sistema conceitual-intencional, para inferir, interpretar, planejar, organizar os elementos constitutivos do que é conhecido como pensamento (Berwick & Chomsky 2016). Entendida nesses termos, uma língua é chamada de língua interna ou língua-I. Assim, qualquer princípio ou regra de gramática que seja postulado deve ser visto como uma parte da língua-I. A língua-I é contrastada com a língua-E, definida como o conjunto de expressões reais ou potenciais que estão em uso em uma comunidade linguística. Lightfoot (2017) afirma

que uma perspetiva de língua-I sobre a mudança sintática evidencia o fato de que o processo de aquisição de língua é o lócus da variação entre uma geração e outra de falantes; assim, toma-se a aquisição de língua como um processo intrinsecamente descontínuo. Entende-se a descontinuidade como a emergência de uma nova língua-I desencadeada por novas evidências de língua-E, i.e., por novos dados linguísticos primários. Lightfoot (2017) argumenta que a descontinuidade não constitui um evento especial: cada criança constrói uma gramática baseada nos dados linguísticos primários que recebe, e esses dados são diferentes em relação àqueles que geraram a gramática da geração anterior. A descontinuidade evidencia que novas línguas-E acionam novas línguas-I.

Lightfoot (2017) pontua que a mudança sintática é um fenômeno individual que pode afetar a experiência de outros e levar a uma mudança no comportamento de toda a comunidade. Assim, tem-se que as inovações linguísticas são abruptas no indivíduo, ao passo em que a difusão das inovações ocorre de forma mais ou menos gradual. Dito isso, destaca-se que, em nossa hipótese de trabalho, consideramos que as línguas-E que serviram de base para a mudança atestada na gramática oitocentista do português em Goiás foram geradas por conta da situação de contato linguístico no Brasil colonial envolvendo especialmente falantes bilíngues de línguas nigero-congolesas e português. Dado o potencial contingente populacional de escravos bilingües (línguas nigero-congolesas e português) nas economias agrícola e mineira por conta do sistema escravista, é razoável supor que grande parte dos dados de língua-E fornecidos como *input* para a aquisição do português como primeira (e também segunda) língua no período colonial tenha sido produzida pelo maior contingente populacional integrado à economia colonial. Por exemplo, mesmo com a queda do número de escravos em Goiás devido ao declínio do ciclo aurífero, em 1804, os grupos multiétnicos relacionados às identidades africanas correspondiam a 85.95% do total da população; em 1872, excediam pouco mais de 70%. Em todos os casos, a ancestralidade africana se sobressaía numericamente dentro da

economia colonial goiana, com maior proporção daqueles que vieram e/ou descendiam da África Central (cf. Karasch 2018). Diante disso, é razoável supor que a mudança atestada na gramática oitocentista do português em Goiás tenha se originado, especialmente, em dados da língua-E de africanos falantes bilíngues de línguas nigero-congolesas e português. Tendo em vista que o conceito de descontinuidade é capaz de abranger a mudança sintática induzida por contato linguístico, propomos que a mudança ocorrida na gramática do PB em Goiás nos idos de oitocentos assemelha-se a um caso de *language shift*.

Consideraremos que o conjunto de dados de língua-E que servia de *input* para a aquisição e a difusão do português como língua materna e como língua segunda na América portuguesa era bastante diversificado e provinha (não necessariamente nesta ordem): (i) de falantes monolingues de português; (ii) de falantes bilíngues de português e línguas africanas e/ou indígenas; (iii) de falantes bilíngues de línguas indígenas e português; (iv) de falantes bilíngues de línguas africanas e português; e (v) de falantes bilíngues de LG, considerando as vertentes paulista, amazônica e bahiana, e português. Nesse contexto, os dados do português produzidos como língua-E pelos falantes dos grupos (iii) a (v) formavam um conjunto de dados com uma característica especial em relação aos dados dos grupos (i) e (ii): seus dados de língua-E provavelmente carregavam traços linguísticos de suas primeiras línguas e, por essa razão, eram distintos dos dados de língua-E produzidos por falantes de português como língua materna, que também produziam dados de língua-E do português variados, mas sem interferência de uma língua primeira. Desse conjunto de múltiplas línguas-E propomos ter emergido as gramáticas caracterizadoras das variedades do português na América.

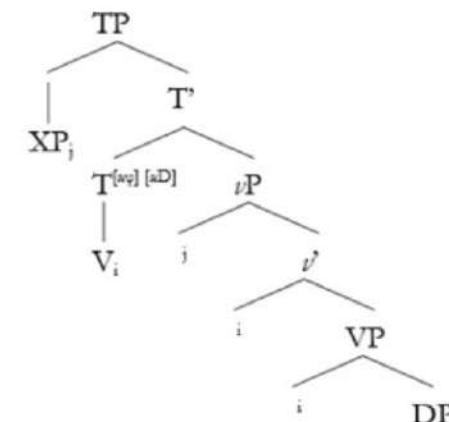
Defendemos, anteriormente, que a perda de um traço-D de T no português oitocentista em Goiás teria caracterizado essa variedade como uma LSN parcial. A esse respeito, nosso principal candidato social para a introdução da perda desse traço linguístico na história do português do

Brasil são os africanos falantes bilíngues de línguas nigero-congolesas e português, especialmente os provenientes de Angola, pois, além de numericamente superiores em relação aos demais, tinham, inclusive em Goiás (cf. Karasch 2018), maior proximidade com os colonos dentro da economia colonial (cf. Alencastro 2000). Por outro lado, o candidato linguístico, i.e., o gatilho inicial para formalizar o processo de mudança por meio de dados linguísticos primários, é a ampliação massiva de estruturas SV(O) nos dados de línguas-E, gerando consequentemente: a perda de inversão livre do sujeito e o declínio de construções com sujeitos nulos definidos, os dois tipos de construção mais produtivos dos dados setecentistas, totalizando juntos 70,16% dos dados. Cabe-nos destacar que a estrutura básica da oração da maioria das línguas nigero-congolesas – se correspondessem ao padrão que é hoje encontrado (cf. Petter 2015) – era potencialmente SVO. Em sua gramática setecentista do quimbundo, feita com a supervisão de Miguel Cardoso (1659-1721), nascido em Angola e falante nativo de uma variedade do quimbundo provavelmente originária da região onde se localiza a província do Cuanza Norte (cf. Angenot, Kempf & Kukanda 2011), o padre jesuíta Pedro Dias (1697) confirma que a ordem SVO era preferível naquela língua.<sup>10</sup>

Na seção 2, ilustramos dois mecanismos de checagem do traço-EPP na gramática setecentista do português em Goiás (cf. (8a) e (9)). Fizemos, ainda, menção a uma terceira opção de checagem do traço-EPP na gramática setecentista. Indicamos que nessa alternativa um sujeito manifesto, especialmente um XP de 3<sup>a</sup> pessoa, se moveria para [SPEC-TP], apesar de seu traço-D (isto é, seu traço-EPP) ter sido satisfeito pelo movimento de V para T. Ilustramos em (12) a derivação dessa estrutura.

<sup>10</sup> Sabe-se, contudo, que, conforme é constatado pela literatura (cf. van der Wal 2015), outras ordens podem ser legitimadas nas línguas bantas em função da estrutura informacional.

(12) Mecanismo de checagem do EPP via movimento de XP para Spec-TP no português oitocentista em Goiás:



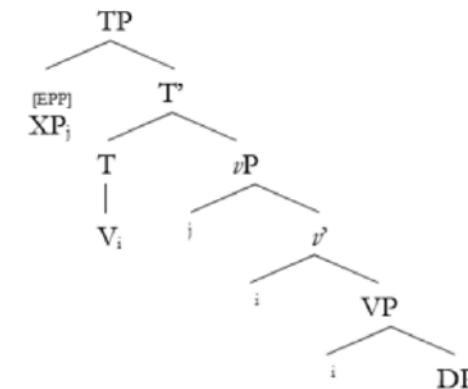
Em (12), o traço de definitude do sujeito, rotulado [uD], é satisfeito pelo movimento do verbo para T; entretanto, um XP – i.e., um elemento nominal carregando seu próprio índice de definitude – se move para [SPEC-TP]. Essa estrutura era rara na amostra de dados setecentistas. Propomos que alguns falantes não nativos do português, especialmente os africanos falantes de línguas nigero-congolesas inseridos nas principais atividades econômicas daquele período (*plantations*, mineração, serviços domésticos etc.), produziam, como dados de suas línguas-E, mais estruturas como em (12) do que aquelas em (8a), com sujeitos nulos definidos, e em (9), com sujeito manifesto definido e ordem VS. O uso massivo da estrutura em (12), especialmente por falantes não nativos do português, teria provocado, consequentemente, uma perda substancial de estruturas com ordem VS(X) e sujeitos nulos definidos nos dados de língua-E. Propomos, assim, que o predomínio da ordem SVO registrado na gramática oitocentista do português goiano, em comparação com a predominante ordem VS da gramática setecentista do português em Goiás, pode ser interpretado como

uma influência dos falantes de línguas africanas, especialmente os falantes de línguas nigero-congolesas, na gramática do PB.

A justificativa para a maior produção de dados como em (12) por parte de falantes não nativos de português é simples: o traço-D em T, presente na gramática setecentista e interpretado por meio da relação de *Agree* entre o verbo e T, não possui um expoente morfológico, de modo que interpretar o traço de definitude da oração também por meio do movimento de um XP com índice de definitude para [SPEC-TP] era uma opção mais viável para aqueles que adquiriam o português como L2, principalmente para o grande contingente de falantes de línguas nigero-congolesas. Ademais, o massivo conjunto de dados de língua-E com um XP em [SPEC-TP] – produzidos principalmente por falantes bilíngues de línguas nigero-congolesas e português – teria favorecido o desaparecimento do traço-D de T do português. Importa considerar que um traço abstrato – sem um expoente morfológico – como o traço-D em T poderia ser uma noção semântica mais complexa de ser adquirida e interpretada em situações de contato linguístico marcadas por multilinguismo; desse modo, a acentuada produção de dados como em (12), principalmente por falantes não nativos de português em um contexto fortemente marcado por contato e multilinguismo, teria possibilitado o surgimento do novo e predominante mecanismo de checagem do traço-EPP na gramática oitocentista do português em Goiás, ilustrado em (8b) e retomado em (13).

Nota-se que a diferença crucial entre as estruturas em (12) e (13) está na ausência de um traço-D em T em (13), o que exige tanto a expressão fonológica quanto o movimento do sujeito para [SPEC-TP]. Destacamos que essa inovação, não necessariamente restrita à variedade goiana do PB, pode ser a responsável por um XP carregando o único índice de definitude/referencialidade da derivação mover-se para [SPEC-TP] e constituir-se, atualmente, como o mecanismo mais produtivo para satisfazer o EPP nas sentenças declarativas do PB, especialmente com a 3<sup>a</sup> pessoa.

(13) Mecanismo de checagem do EPP para a 3<sup>a</sup> p. no português oitocentista em Goiás:



Nossa hipótese sobre o papel do contato linguístico na gramática do PB por meio de dados históricos produzidos em Goiás, todavia, não termina aí. É razoável supor ter havido alguma influência ameríndia na constituição da gramática do PB em Goiás, que provém das seguintes frentes: (i) dos indígenas que saíram da região sudeste do Brasil junto às bandeiras para desbravar o Brasil Central, levando consigo suas línguas maternas, possivelmente línguas tupi-guarani ou a LG(P); e (ii) dos indígenas jés e tupis que habitavam a capitania de Goiás e se inseriram no processo colonizador e urbanizador da região por meio, principalmente, de aldeamentos indígenas.

Considerando a hipótese mameluca para a formação das línguas gerais e o seu papel na formação da variedade goiana do PB, Borges, Lima-Salles & Pilati (2014) enfatizam que falantes da LGP como língua primeira foram para o território goiano e ali permaneceram até possivelmente o início do século XIX, quando a economia mineradora entrou em colapso e alguns falantes dessa língua como língua primeira, especialmente os bandeirantes, abandonaram a região em busca de outras fontes de renda. Os autores

também argumentam em favor da participação dos indígenas aldeados na constituição da gramática do PB em Goiás. A argumentação dos autores é fundamentada no trabalho de Lobato (2006), que propõe que possíveis inovações gramaticais provenientes de matrizes indígenas, essencialmente o tupi e a LGP (hipótese mameluca), na constituição do PB devem ser tratadas considerando a hipótese de que os indivíduos dessas línguas, ao aprenderem o português como L2, interpretaram as formas linguísticas em suas propriedades extensionais, isto é, sem acesso a informações abstratas das palavras, como, e.g., a interpretação temática dos verbos. Lobato (2006) reconhece a dificuldade em identificar uma relação direta entre as estruturas da(s) língua(s)-fonte(s), da língua-alvo e da(s) interlíngua(s) na constituição histórica do PB. Desse modo, a autora discute o papel do contato linguístico na gramática do PB em termos de mecanismos cognitivos mais gerais e universais do processo de aquisição de L2. Ela sugere, por exemplo, que mecanismos similares de aquisição de L2 podem ter sido utilizados por falantes de tupis e tupinambás ao longo da costa leste a partir do Rio de Janeiro, tendo em vista que suas línguas maternas tinham padrões estruturais similares. Para a autora, a influência ameríndia na gramática do PB é, portanto, mais resultado de um processo de aquisição em idade adulta do que uma influência estrutural direta de uma língua ameríndia sobre o PB. Essa perspectiva nos possibilita afirmar que certas estratégias de aquisição de L2 produzidas por falantes de línguas indígenas e por falantes das variedades da LG (*continuum* pidgin-crioulo) durante o processo de aquisição do português como L2 no período colonial podem ter contribuído e/ou convergido para a emergência das variedades do português falado no Brasil, como aquela que vimos ter emergido em Goiás na segunda metade do século XIX.

Ponderamos que a hipótese aqui desenvolvida estabelece, essencialmente, uma relação com a tipologia das línguas bantas, pois, como vimos, nos casos de estratégias de aquisição de L2 (Thomason 2001) ou de reestruturação (Winford 2017), é necessário que ao menos um traço

da(s) língua(s)-fonte influencie ou seja transmitido para a língua-alvo. É justamente o que indicamos quando apontamos a cristalização da ordem SVO na gramática do PB como resultante da aquisição do português como L2 por parte principalmente de falantes de línguas bantas na América portuguesa. Nossa hipótese considera, ainda, como fator de natureza psicolinguística para explicar a maior realização de elementos de natureza nominal em [SPEC-TP] na gramática oitocentista, a possibilidade de o *input* de dados como em (12) ter favorecido o surgimento de dados como em (13) – i.e., dados sem o traço abstrato ligado ao licenciamento de sujeitos nulos –, principalmente por parte dos falantes não nativos de português, como os falantes de línguas nigero-congolesas. Considerando o contexto fortemente multilíngue da época, também nos associamos ao argumento de Lobato (2006) – que considera línguas como o tupi antigo, de ordem SOV – de que mecanismos mais gerais do processo de aquisição de L2 estejam envolvidos no processo que levou à emergência da gramática do PB. Com isso, destacamos também o papel da variedade paulista da LG brasileira, na perspectiva *continuum* pidgin-crioulo, que possui uma matriz africana de base banta, na formação da variedade goiana do PB.

## 6 Considerações finais

Neste trabalho, por meio da análise de dados produzidos em Goiás nos séculos XVIII e XIX, propusemos que principalmente falantes de línguas nigero-congolesas, mas também falantes de línguas indígenas brasileiras, influenciaram a emergência da gramática do PB. Essa influência consistiu na massiva ampliação da ordem SVO na gramática oitocentista do português em Goiás, que ocasionou a perda da inversão livre e o declínio das construções com sujeitos nulos definidos – sem qualquer influência da morfologia de concordância nesse processo. Para sustentar nossa hipótese, consideramos os cinco procedimentos propostos por Thomason (2001) para testar se uma mudança numa dada língua foi induzida por contato linguístico, ou seja: (i) não nos detivemos em um dado singular da língua-alvo, mas em

aspectos gerais da estrutura derivacional; (ii) mostramos que os falantes de línguas nigero-congolesas, a exemplo do quimbundo, possuíam condições históricas favoráveis para terem influenciado a gramática do português do Brasil; (iii) encontramos a predominância da ordem SVO como o principal traço compartilhado entre a(s) língua(s)-fonte e a língua-alvo após o contato linguístico; (iv) mostramos por meio de dados empíricos que a ordem SVO não era predominante na gramática do português setecentista, ao mesmo tempo em que (v) enfatizamos que a ordem SVO era preferível pelas línguas bantas transladadas para o Brasil Colônia, isto é, num período anterior à mudança atestada no português em Goiás.

Para explicar os aspectos psicolinguísticos envolvidos na vinculação das estruturas da(s) língua(s)-fonte na língua-alvo, argumentamos que o aumento significativo na produção da ordem VSO>SVO não só provocou a perda da inversão livre e o declínio de sujeitos nulos definidos, mas também impulsionou os aprendizes de português como língua materna e língua segunda a gerarem a estrutura SVO sem um traço-D no núcleo funcional T na gramática oitocentista do português em Goiás. O traço-D em T favorecia a ordem VS em orações declarativas e o licenciamento de sujeitos nulos definidos na gramática setecentista, caracterizando-a como uma LSN consistente; sem ele, essas estruturas se desestabilizaram e as estruturas com ordem SVO e sujeitos manifestos definidos se difundiram e se estabilizaram. Argumentamos, por fim, que o papel de línguas indígenas e da LG paulista (*continuum* pidgin-crioulo) na gramática oitocentista do português em Goiás se deu por meio de mecanismos de aquisição de L2 que convergiram para a estabilização da mudança introduzida, muito provavelmente, por falantes de línguas nigero-congolesas.

## Referências

- Alencastro, Luiz Felipe. 2000. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Alexiadou, Artemis & Elena Anagnostopoulou. 1998. Parametrizing AGR: Word order, V-Movement and EPP-checking. *Natural Language & Linguistic Theory* 16(3). 491-539.
- Angenot, Jean-Pierre, Catherine Barbara Kempf & Vatomene Kukanda. 2011. Arte da língua de Angola de Pedro Dias (1697) sob o prisma da dialetologia kimbundu. *PAPIA* 21(2). 231-252.
- Berwick, Robert & Noah Chomsky. 2016. *Why only us*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Bonvini, Emilio. 2009. Línguas africanas e português falado no Brasil. In José Luiz Fiorin & Margarida Petter (orgs.), *Africa no Brasil: a formação da língua portuguesa*, 1<sup>a</sup> ed. [2<sup>a</sup> reimpressão], 15-62. São Paulo: Contexto.
- Borges, Dalmo, Heloísa Salles & Eloisa Pilati. 2012. O projeto *O Centro-Oeste na História do Português Brasileiro*: subsídios da socio-história ao estudo da mudança linguística e hipóteses de trabalho. In Caroline Cardoso, Maria Marta Scherre & Heloísa Salles (orgs.), *Variação linguística: contato de línguas e educação*, 219-237. São Paulo: Ed. Pontes.
- Borges, Humberto. 2019. *A sintaxe do sujeito na história do português em Goiás: evidências oitocentistas de uma língua de sujeito nulo parcial*. Brasília, Universidade de Brasília, Tese de Doutoramento.
- Borges, Humberto. 2014. *Sujeitos nulos indeterminados no português brasileiro: uma investigação diacrônica em Goiás*. Brasília, Universidade de Brasília, Dissertação de Mestrado.
- Carvalho, Euzébio. 2012. Retalhos de uma experiência fermina: mestra Lili, professora pública da capital goiana (1858-1945). *Temporis(ação)* 12(1). 18-39.
- Carvalho, Euzébio. 2008. *O rosário de Aninha: os sentidos da devoção rosarina na escritura de Anna Joaquina Marques*. Goiás, Universidade Federal de Goiás, Dissertação de Mestrado.
- Chaim, Marivone. 1974. *Os aldeamentos indígenas na capitania de Goiás: sua importância na política do povoamento (1749-1811)*. Goiânia: Oriente.
- Chomsky, Noam. 1995. *The minimalist program*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Dias, Pedro. 1967. *Arte da língua de Angola: oferecida a Virgem Senhora N. do Rosario, Mây, & Senhora dos mesmos pretos*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade. Disponível em:  
<<http://purl.pt/31521>>. Acesso em 14 de outubro de 2019.
- Duarte, Maria Eugênia. 1993. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In Ian Roberts & Mary Kato (orgs.), *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*, 83-103. Campinas: Editora da Unicamp.

- Florentino, Manolo. 1997. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Heywood, Linda. 2002. Portuguese into African: The eighteenth-century Central African background to Atlantic Creole cultures. In Linda Heywood (ed.), *Central Africans and cultural transformations in the American diaspora*, 91-113. Cambridge: Cambridge University Press.
- Holmberg, Anders. 2010. Null subject parameters. In Theresa Biberauer, Anders Holmberg, Ian Roberts & Michelle Sheehan (eds.), *Parametric variation: Null subjects in minimalist theory*, 88-124. Cambridge University Press.
- Huang, C.-T. James. 1984. On the distribution and reference of empty pronouns. *Linguistic Theory* 15(4). 531-573.
- Karasch, Mary. 2018. Centro-africanos no Brasil Central, de 1780 a 1835. In Linda Heywood & Oswaldo Faustino (orgs.), *Diáspora negra no Brasil*, 127-164. São Paulo: Contexto.
- Karash, Mary. 2016. Before Brasília: *Frontier life in Central Brazil*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Lightfoot, David W. 2017. Transparency. In Adam Ledgeway & Ian Roberts (eds.), *The Cambridge handbook of historical syntax*, 322-337. Cambridge: Cambridge University Press. DOI: <https://doi.org/10.1075/jhl.00009.san>
- Lobato, Lúcia. 2006. Sobre a questão da influência ameríndia na formação do português do Brasil. *Revista de Estudos da Linguagem* 14(2). 11-47.
- Lunguinho, Marcus & Paulo Medeiros Júnior. 2009. Inventou um novo sujeito: características sintáticas e semânticas de uma estratégia de indeterminação do sujeito no português brasileiro. *Interdisciplinar* 9. 7-21.
- Oliveira, Márcia Santos Duarte, Maria de Lurdes Zanolli & Marcelo Módolo. 2019. O conceito de ‘Língua Geral do Brasil’ revisitado à luz da linguística de contato. *Journal of Ibero-Romance Creoles* 9. 306-333.
- Palacín, Luiz & Maria Augusta Moraes. 2008. *História de Goiás: (1722-1972)*. 7ª ed. revisada. Goiânia: Editora Vieira e Editora da UCG.
- Petter, Margarida Maria Taddoni (org.). 2015. *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto.
- Pilati, Eloisa. 2006. *Aspectos sintáticos e semânticos das orações com ordem verbo-sujeito no português do Brasil*. Brasília, Universidade de Brasília, Tese de Doutoramento.
- Pinheiro, Antônio & Gustavo Coelho. 2006. *Diário de viagem do Barão de Mossâmedes (1771- 1773)*. Goiânia: Trilhas Urbanas.
- Pires, Acrísio. 2006. *The minimalist syntax of defective domains: Gerunds and infinitives*. Amsterdam: John Benjamins.
- Reis, Danielli. 2013. *Práticas de escrita e de arquivamento: o memorial de Anna Joaquina Marques*. Goiás, Universidade Federal de Goiás, Dissertação de Mestrado.
- Rodrigues, Aryon. 2010. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. In Volker Noll & Wolf Diatrich (orgs.), *O português e o tupi no Brasil*, 27-47. São Paulo: Contexto.
- Rodrigues, Aryon. 2005. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Ciência e Cultura (SBPC)* 57(2). 35-38.
- Sato, Yosuke & Chonghyuck Kim. 2012. Radical pro drop and the role of syntactic agreement in Colloquial Singapore English. *Lingua* 122(8). 858-873.
- Schwarz, Lilia & Heloisa Starling. 2015. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Thomason, Sarah. 2001. *Language contact: An introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press; Georgetown University Press.
- van der Wal, Jenneke. 2015. *Bantu syntax*. Oxford Handbooks On-line. Disponível em: <<https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199935345.001.0001/oxfordhb-9780199935345-e-50>>. Acesso em: 03 de novembro de 2019.
- Winford, Donald. 2017. The ecology of language and the new Englishes: Toward an integrative framework. In Markku Filppula, Juhani Klemola, Anna Mauranen & Svetlana Vetchinnikova (eds.), *Changing English: Global and local perspectives*, 25-56. Berlin, Boston: De Gruyter.